

(In)Confiabilidade da Memória como Introdução à Interpretação Temporal da Lembrança: um diálogo com Aleida Assmann

(Un)Reliability of Memory as an Introduction to Temporal Interpretation of Remembrance: a dialogue with Aleida Assmann

GODOI, Rodrigo Tavares *

<https://orcid.org/0000-0002-6334-7808> 

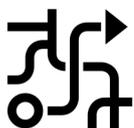
RESUMO: O princípio reflexivo do texto é o da duração vinculada a três predicções sob dimensão paradoxal. Essa dimensão paradoxal evidencia tensões em relação a compreensão da memória refletidas sob ideias de história. Por isso, racionalizar tensões da memória no paradoxo da duração não dispensa as relações de junção e disjunção de história/memória tendo a hermenêutica como constituição. Nesse caso, o texto baseia-se na relação predicções e paradoxo da duração diretamente ligado a memória: armazenamento, funcionalismo e imagem-lembrança. Predicações ordenadas em nome da compreensão do sujeito da memória como: passividade, ambivalência e coincidência. Contudo, as tensões da memória são consideradas válidas na indispensável ligação com o corpo sob discussão a partir das lembranças. Portanto, essas predicções inerentes ao paradoxo da duração possuem como ponto de partida a (in)confiabilidade da memória que refletem as dimensões do corpo entre metáfora e sistema.

ABSTRACT: The reflexive principle of the text is that of duration linked to three predications under paradoxical dimension. This paradoxical dimension shows tensions in relation to the understanding of memory reflected under ideas of history. That's why, rationalizing tensions of memory in the paradox of duration does not dispense the relations of junction and disjunction of history/memory having hermeneutics as constitution. In this case, the text is based on the predications relation and paradox of duration directly linked to memory: storage, functionalism and image-remembrance. Predications ordered in the name of the understanding of the subject of memory as: passivity, ambivalence and coincidence. However, the tensions of memory are considered valid in the indispensable connection with the body under discussion from the remembrance. Therefore, these predications inherent to the paradox of duration have as a starting point the (un)reliability of memory that reflect the dimensions of the body between metaphor and system.

Palavras-chave: Interpretação; Memória; (In)Confiabilidade; Metáfora; Duração.

Keywords: interpretation; Memory; (Un)Reliability; Metaphor; Duration.

* Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor de Teoria e Filosofia da História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) com lotação no Departamento Intercultural *Campus* Ji-Paraná. Coordenador do projeto de pesquisa "Usos e Abusos da Memória: um problema de metodologia para a história", sob financiamento da FAPERO (2018-2020). E-mail: rodrigo.godoi@unir.br



A polarização brusca de história e memória parece-me tão insatisfatória quanto a equiparação plena de ambas.

Aleida Assmann

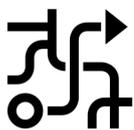
Os apontamentos que se seguem devem ser compreendidos como parte de uma pesquisa, em desenvolvimento, de hermenêutica da memória.¹ Pesquisa que atenta à discussão da memória sob uma raiz reflexiva estabelecendo tensão entre experiência e historicidade. Nesse caso, a perspectiva de dinamização está para a compreensão de elementos tácitos vinculados a memória presumidos na fiabilidade historiográfica. Porém, para este texto em especial, o objetivo concentra-se na reflexão da memória a partir de uma dimensão retórica que vincula ideias de história. Perspectiva que direciona esta reflexão para a discussão da memória na relação com os espaços como parte de uma condição interpretativa que coloca em tensão metáfora e natureza.

O CORPO NA METÁFORA DA MEMÓRIA

Abrimos nossa discussão a partir de uma afirmação de Assmann:

No entanto, a pesquisa neurofisiológica cerebral e sobre a memória adotou uma inequívoca teoria da localização e discute desde a década de 1970 uma hipótese sobre a memória, “na qual uma armazenagem de informação baseada na ‘simplificação’ de estruturas nervosas desempenha papel central”. Desde então, esse deslocamento da hipótese-guia foi dramatizado por teóricos construtivistas como uma mudança de paradigma, e as metáforas correntes da memória, inscrição e armazenagem foram criticadas como falsificações inadmissíveis. Ao modelo de armazenagem estático contrapõe-se um modelo dinâmico e construtivo de transformação contínua, segundo o qual a memória ajusta o passado continuamente ao presente, de maneira elasticamente funcional. Pode ser que a força da vontade ou do presente sobre a memória seja quase ilimitada, mas esses espaços de ação podem voltar a ser limitados por um outro fator: o corpo. (...) Por mais convincente e incontestável que seja a descoberta de que as memórias são reconstruídas sempre no presente e sob as condições específicas dele, parece-me exagerada a tese de que as recordações “não dependem do passado”, mas exclusivamente do presente.

¹ *Usos e Abusos da Memória: um problema de metodologia para a história* (FAPERO – 2018 a 2020).



Essa ideia conduziria à abolição do passado como mero sobejo problemático, realmente existente, material e intrínseco. Por esse motivo, deve-se retomar o problema da (in)confiabilidade da memória e investigar mais precisamente acerca das forças deformadoras ou estabilizadoras no processo da recordação (ASSMANN, 2011, p. 267, 268).

A citação incorpora uma tensão na (in)confiabilidade da memória diretamente ligada à dimensão temporal da lembrança. Ainda que a autora dê ênfase para o conceito de memória cultural (funcionalista), a dinâmica a ser adotada nesta reflexão localiza a duração como objeto implícito à problematização da memória. E como potencial, a duração será considerada um paradoxo em relação a predicções que incluem dialética, análise e intuição – esta como representante de função metódica recorrente ao pensamento de Henri Bergson. Nesse sentido, a reflexão em torno do paradoxo da duração remete para a observação do corpo como medida que possibilita a interpretação da memória a partir dos gêneros de natureza e metáfora. Por isso, alguns apontamentos iniciais são necessários para situar um princípio de orientação a ser partilhado com os leitores.

A primeira predicção inerente ao paradoxo da duração encontra-se na relação com lugar e função baseada na psicologia e sociologia da memória tendo o passado como propriedade e passividade, ou seja, as lembranças são inerentes aos seus portadores. Essa ideia de duração insinua ser a memória ordenada por mecanismo passível de verificação motora, fisiológica ou intelectual. Um tipo de mapeamento ligado a utilidade da memória que estabelece o passado sob a dimensão dos sujeitos da experiência como portadores de lembranças habitadas, um processo descrito sob formas idiossincráticas. Na pesquisa, essas formas são instrumentalizadas por técnicas definidas a partir de fontes orais, testemunhos, vivências, representações, identidades.

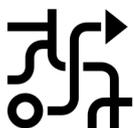
Há uma historicização das lembranças que mantém o passado afastado da autoevidência, porém, autorreferente nos seus lugares habitados (corpos) dinamizados a partir de relações sociais. Dimensão psicológica que visa compensar o anacronismo do armazenamento (temporal) inerente as lembranças por tipificar o passado independente de retrospecto, conservando-o na determinação de proximidade (propriedade) com a finalidade de partilha. Essa dimensão torna o conceito de distância questionável, pois sua duração fixa-se na relação com a idiossincrasia, obrigação moral ou estabelece a percepção como natureza da lembrança. Nessa forma predicativa, as representações simbólicas ordenam o lugar social do individual e atribui à memória a conjunção da lembrança ao espaço coletivo. Ou seja, não há uma base dialética porque a reflexão do histórico não faz



parte da memória a menos que seja representado por ela. As manifestações individuais são reconhecidas na conjunção memória e lembrança sendo a vida social a disposição do lugar e da função da memória sob um dinamismo do armazenamento (BERGSON, 1991; 1982; HALBWACHS, 2002).

Então, essa primeira predicação possui uma parcela de discussão na qual a dialética não representa um princípio de discussão porque o conceito de distância não é significativo para a classificação da memória. Nesse caso, a passividade da memória está na forma de conceber ao sujeito da experiência a autorização de testemunho, apresentando à memória sua relação plena com a lembrança. Sob outra parcela, a passividade da memória está vinculada a uma analítica da historicidade que pressupõe a disjunção entre memória e lembrança por tornar a recordação suspeita. Isso significa que a memória responde ao conceito de distância refletindo diretamente na desautorização do sujeito da experiência representar o passado. A memória se torna desabilitada em sentido histórico, pois as relações temporais da memória são validadas a partir de processos historiográficos. Isso significa que no desapossamento da lembrança pela experiência da historicidade, o corpo não representa pertinência que preserva validade empírica devido ao fato do passado ser historicizado sob o princípio de reconciliação entre tempo e espaço (passado). Ou seja, não se discute diferença de natureza entre eles porque o alter ego do historiador se responsabiliza em reconstruir o sentido recobrando as evidências sob o uso de conceitos. Há um princípio ontológico nessa forma historiográfica (analítica) que permite ligar passado e presente. Nessa estrutura de argumento, o passado não pode ser concebido nem como autorreferente e nem como autoevidente, pois se torna insustentável no princípio epistemológico da analítica como retrospectão. Entretanto, não se pode negar ao passado raízes ligadas ao consumado e continuidade (ANKERSMIT, 2004).

Neste caso em especial, que importância tem essas duas parcelas da primeira predicação inerente ao paradoxo da duração com a (in)confiabilidade da memória? Nesta reflexão, o objetivo é afirmar que tanto uma quanto outra rejeita o sujeito da memória. Na primeira, ele é expropriado no momento em que o sujeito está encarnado com sangue e osso. Não se trata de inscrição, mas discurso; movimento idiossincrático espelhado em convenção social das representações simbólicas. Memória e lembrança são concebidas a partir do processo de conjunção e o passado ordenado sob a dinâmica do presente em relação a percepções, afeições e emoções. Sob um princípio halbwachiano, são os lugares que reconciliam o tempo nas lembranças. Em sentido contrário, há expropriação do sujeito da memória pela disjunção entre memória e lembrança. Ou seja, o corpo com sangue e osso fica



desautorizado a representar o passado porque o tempo não faz parte de uma categoria psicológica. Essa função sociológica do tempo pressupõe haver um tempo histórico que responde a processos e desenvolvimentos.

Então, o que movimenta a relação entre as duas parcelas da primeira predicação inerente ao paradoxo da duração é o fato da duração ser representada por dados de sentido. Assim, na dialética das duas parcelas há tensão entre subjetivo e objetivo, o que expropria o sujeito da memória e fixa a duração sob dados de sentido – configuração de anacronismo. Por isso, um percurso hermenêutico contribui para que dados e sentido não sejam concebidos sob a lógica da alienação do tempo e espaço na pseudocontingência do corpo ou na retrospectiva como reconciliação de ambos (GADAMER, 2000; ANKERSMIT, 2004).

Mesmo na rejeição autoevidente do passado, não se pode falar de crise da duração porque se exige da memória, diante as necessidades e as carências, conexões temporais da lembrança as quais preenchem a sociedade de significado e, essa temporalização da lembrança necessita do corpo. Então, a temporalização da lembrança a coloca em oscilação com o passado e o futuro; uma dinâmica restrita ao corpo que organiza no presente a funcionalidade da lembrança com esquecimento e expectativa. É necessária a defesa do corpo como inevitabilidade para a lembrança, pois constitui o regime da metáfora e, com isso, a memória se estabelece sob tensão como consciência ou massa-disposição (BERGSON, 1991; 2003; ASSMANN, 1991; 2011; 2013). Como consequência, essa observação implica na condição imanente e transcendente da memória por conflitar analítica e dialética na hermenêutica (RÜSEN, 2010; GADAMER, 2000). Por isso, o processo interpretativo da memória não se limita a psicologia dos espaços ou a sociologia dos grupos. Entretanto, essa discussão ambivalente entre memória e lembrança faz parte da segunda predicação inerente ao paradoxo da duração porque não se espelha nas identidades de grupos, pois o corpo é racionalizado a partir da metáfora da memória.

Mas, antes de confrontar primeira e segunda predicação inerente ao paradoxo da duração, lidar com a memória como problema de investigação implica em racionalizar pressupostos que se enquadram como disciplinares ou não. E os que propomos para a memória necessitam, para além de lugares e funções, considerar elementos que apontam para a relação antitética da expansão.² Por isso, a aproximação entre metáfora e natureza

² Compreender a expansão sob o par antitético da *étendu* e *étendue* implica em como a expansão destina-se para uma complexidade a partir da língua francesa. A expansão como *étendu* remete para os elementos de adição, acréscimo ou ocupação de espaço; há aumento de volume como armazenamento ou estoque. À duração, compete sua dimensão artificial ou arbitrária. Como oposição não dialética, a expansão como *étendue* reporta-

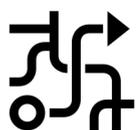


faz movimentação na qual a expansão apresenta a duração na qualidade de sentido como antecipação do significado e da hermenêutica como antecipação ao sentido pré-dado (GADAMER, 2000). Por esse caminho, este texto defende a hipótese do dualismo da memória constituído sob a vertente da dinâmica entre evidência e indício configurada nos contornos da imagem como metáfora da memória. Uma discussão em desenvolvimento que inclui outros textos da pesquisa sob o reconhecimento da dinâmica do tempo e espaço para a compreensão temporal das lembranças (GODOI, 2018; 2020; GODOI; QUADROS, 2018). E, como antecipação, esse posicionamento será apresentado nesta reflexão essencialmente quando a discussão estiver sob a terceira predicação inerente ao paradoxo da duração.

De toda forma, pensar na (in)confiabilidade da memória requer apreender a abertura deste tópico sob a suspeição do anacronismo entre passado e presente por considerar a imagem um conceito independente de paradigmas conceituais. Não se pode esquecer que memória independe do conceito de presença-ausência porque há diferença entre o fato de ter sido e o não mais (CHARTIER, 2002; RICOEUR, 2000). Esse conceito restringe a memória a quadros disciplinares no qual a linguagem esteja centrada nos tropos da representação (WHITE, 2001; ANKERSMIT, 2004). Esse raciocínio baseia-se na insuperável diferença de natureza entre tempo e espaço quando se trata do pensamento bergsoniano em relação a representação (BERGSON, 2003). Porém, sob perspectiva psicanalítica, na linguagem o passado mantém-se entre o objeto do desejo no sujeito da experiência e antecipação de significado (LACAN, 1966). Com esta última afirmação, retomamos a primeira predicação inerente ao paradoxo da duração sob o ponto de vista da crítica ao discurso idiossincrático do testemunho oral.

Essa base de (in)confiabilidade da memória pressupõe o objeto do desejo como alienação da experiência em relação a vivência, cabendo ao sujeito da experiência os critérios de fiabilidade das recordações (lembranças) e apreensão de dados de sentido. Entretanto, para além da linguagem, o desejo se torna um princípio psicanalítico no qual o sujeito da experiência não o apresenta porque a realidade independe da experiência (LACAN, 1966). Esse tempo psíquico coloca em suspeição a relação entre realidade e discurso pela antecipação de significado. Então, os critérios de fiabilidade da memória não correlacionam temporalização das lembranças e funcionalismo, mas sintomas. Com a psicanálise se reconhece que a fiabilidade da memória está na rejeição dos dados de sentido

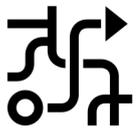
se para a intensidade, vastidão ou ausência de espaço; não há acréscimo. Sua natureza é a duração como um absoluto simples (BERGSON, 1991).



e o corpo não movimentam relação entre passado e presente das lembranças sob simetria. Porém, sob a ambivalência, memória e lembrança são funcionalidades complementares, por isso a (in)confiabilidade deve ser entendida como positividade a fim de compreendermos a dimensão autoevidente do passado independente de antecipação de significado (ASSMANN, 1991).

Sob a memória cultural, o funcionalismo relaciona-se com os espaços fazendo com que o conceito de memória coletiva evite o armazenamento estático (ASSMANN, 1991; HALBWACHS, 1968). Esse princípio coloca o passado como exigência moral, juízo ou identidade a partir dos quadros sociais (HALBWACHS, 2002; BERGSON, 1991). Sob corporeidade a epistemologia da memória condiciona a temporalização das lembranças na oscilação do testemunho: vi, ouvi, senti (*vécu*). No caso da psicanálise, o passado está entre recalque, percepção e partilha comportando-se como representação simbólica, discurso ou sonhado. Há um sistema fechado que independe das conexões com os quadros sociais da memória, pois respondem a sintomas análogos a arqueologia. No caso funcionalista, essa arqueologia do testemunho congrega ao passado o retorno subjetivo ou sua duração (ASSMANN, 1991). No entanto, com base na filosofia da história de Bergson compreender o passado como rejeição ao armazenamento inerente a psicanálise ou funcionalismo, precisa enfrentar a dialética da experiência como fenômeno depositário (BERGSON, 1991). Nesse caso, o paradoxo da duração concentra-se na experiência como princípio que norteia as inquietudes em relação a autoevidência (corpórea) do passado que potencializa as lembranças como reconhecimento do espontâneo e do útil a partir do virtual e virtuoso (BERGSON, 1991; ASSMANN, 1991).

O diálogo à memória sob a condição de objeto aproxima arqueologia e retórica por localizar o corpo sob a metáfora da memória. Em termos simples, a lembrança não pode ser compreendida desconectada do corpo, motivo que expõe a importância das inscrições corpóreas (ASSMANN, 2011). Essa ênfase para as inscrições atesta não haver colocação do passado sob a tutela da vontade ou do presente, exclusivamente. Por esse motivo, na aproximação de memória e metáfora, ao passado inclui o conceito de imagem através do par antitético da expansão no qual a temporalização das lembranças incorpora conteúdos significativos. Essa condição metafórica da memória expande o conceito de memória coletiva ao nível da cultura, reforçando o paradoxo da duração em relação ao problema da autoevidência do passado. A questão central é saber: em que condições esse passado apreende-se a espaços considerando o esquecimento um fato de complementaridade para o funcionalismo da memória cultural e, em que medida há a defesa à continuidade na qual

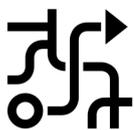


história e memória partilhem natureza comum? Essa questão coloca em tensão imanência e transcendência da (auto)evidência nos fenômenos da memória.

Na hipótese das lembranças não configurarem estruturas, a vida prática significa inconsistência do tempo (puro) como orientação que dispense a exigência da sociedade na determinação dos espaços, ou seja, a temporalização resiste a lembranças (puras) como imanência transcendente. Sob o conceito de imagem-lembrança compreende-se a proximidade entre duração e lembrança devido ao reconhecimento (RICOEUR, 2000; BERGSON, 2003), motivo pelo qual os espaços se tornam inevitáveis à memória em decorrência da vida prática. Por essa praticidade da memória, a atualização de Maurice Halbwachs volta-se para a sociabilidade (psicológica) da memória onde seus espaços colocam em tensão determinação social e espírito individual. O sentimento não partilhado, ainda que narrado (como o exemplo do trauma), recolhe inscrições corpóreas as quais a análise coloca sob tensão dimensões sociais e individuais relacionais a experiência e historicidade (ANKERSMIT, 2002; BERGSON, 1982, HALBWACHS, 1968; ASSMANN, 1991).

Diante a ideia de inscrição (biológica), defendo a hipótese das lembranças apreenderem estrutura imediata na atualização (incorpóreo). Essa dependência estrutural das lembranças, a partir de Bergson, decorre dos estados das imagens-lembrança em sua natureza autoevidente. Essa natureza da qual refiro não racionaliza a cultura como estruturação das lembranças em nível arqueológico ou escatológico dos espaços, mas de coincidência entre imagem e reconhecimento como imanência no tempo. No entanto, a condição histórica dessas lembranças depende do circunstancial como sincronia na qual o evento da memória apresenta-se como diamante do passado indiciário e evidente.³ Essa ideia manifesta-se diante a defesa de ser a memória um evento desorientado pela regulação

³ Na nota 79 da edição crítica dos textos de Bergson reunidos por Gilles Deleuze, Arnaud François apresentou a memória como sincronia entre passado e presente, sendo o primeiro criador do segundo. Segundo François essa metáfora recorrente a Bergson designa estado e natureza do passado como *différence* em relação ao presente. O que há é o passado inscrito nesse presente como presença e atualização (FRANÇOIS, 2011, p. 49). Recorrendo a metáfora do diamante, Lacan nos remete para o processo de junção e disjunção no que defendo por evento da memória. Esta ideia está arraigada na perspectiva de ser o evento uma particularidade de atualização e novidade (imagem-lembrança) devido ao não pertencimento do evento a natureza da experiência passada. O evento atualiza sob um corpo do presente que reconhece os aspectos do passado na sua insistência inscrita, sob sentimento e sensação, de relações intensas do ter sido. Entretanto, esses aspectos sugerem estruturas não condicionadas a retórica (arqueológica) da experiência do sujeito, mas a relações de expansão compreendidas se dada atenção para um princípio da experiência estética na qual as imagens ocupam natureza imanente. A virtualidade do corpo compreende um sistema onde as camadas não coadunam um tempo psíquico escatológico ou simbólico, mas de base onde a duração não conceba as lembranças na condição de posteridade. Esse fenômeno dissolve a ambivalência entre memória e lembrança, pois a experiência perde característica de conceito (LACAN, 2001; BERGSON, 1991; 2003; KOSELLECK, 2000; GODOI, 2020).



interpretativa da historiografia. Nesse caso, volto a atenção para o problema da passividade da memória com a finalidade de avançar na prerrogativa paradoxal da duração.

A passividade da memória está nos quadros da disciplinarização como objeto de natureza linguística de conservação, armazenamento ou dinâmica construtivista. Essa passividade responde ao determinismo do passado ou do presente enclausurando a lembrança ao dever, política ou vontade. Aplicada para a historiografia, essa perspectiva imprime na ideia de história ser a memória suspeita ou plena. Ideia ambivalente não complementar que apresenta a memória sob a dialética, limitando a experiência a retrospecção – sob o conceito de distância (analítica) – ou a propriedade (idiossincrática) inerente ao sujeito da experiência. A partir desta afirmação, considera-se passividade porque o sujeito da memória corresponde ao indivíduo na sua idiosincrasia ou a conceitos como ferramentas de contextualização do decorrido. Em sentido negativo, a experiência está em torno da linguagem como dados de sentido externos a memória ou alienada a vivência. Esse tipo de postura interpretativa corre o risco de naturalizar a interpretação nos limites da representação. Porém, no caso da hermenêutica filosófica, o comprometimento da interpretação é com o existente (GADAMER, 2000). Por isso a experiência não está limitada a conceito, motivo que coloca tensão entre história e literatura em torno do significado de realidade, verdade e sentido na temporalização (KOSELLECK, 2000).

A defesa de ser a memória passividade decorre do fato de não haver reconhecimento de seu sujeito, isso porque a passividade depende da relação na qual o sujeito da memória esteja enraizado na percepção como regra onde estabelece os ritos interpretativos em torno do passado e do presente. Essa regra impede que o sujeito da memória se afaste da retrospecção ou da determinação dos quadros sociais. Assim, sob o ponto de vista da historiografia analítica ou pós-moderna, a memória desvenda-se sob os padrões de temporalização ligados a historicidade consolidando-a diante a determinação do presente ou do passado. Porém, se adotada a perspectiva da lembrança como *avenir*, pressupõe-se a ela a condição inesgotável do passado e a transitoriedade do presente, pois o tempo não pode ser considerado absoluto; por isso, passado e presente não se torna figuras geométrica (BERGSON, 2003).

Sob o pensamento bergsoniano, a passividade é base para a compreensão da memória no tipo de historiografia onde a ideia de percepção presente e percepção de outrora está entre a exigência do contexto como representação da distância e o conceito de representação onde o presente significa o passado a partir de suas decisões. A passividade da memória, independentemente de ser uma perspectiva analítica da historiografia ou de



novas epistemologias, destaca-se através da inviabilidade compreensiva dos fenômenos da memória não epistemológicos.

A interpretação dos fenômenos da memória diante a transitoriedade entre subjetivo e objetivo impede a compreensão de seu existente. Ou seja, limitar a memória a historicidade do sujeito da experiência - seja ela retrospectão ou idiosincrasia - implica perder a capacidade de compreensão do tempo como expectativa e reduz a memória à forma do conteúdo. O agir e o sofrer no mundo exigem do sujeito da experiência carência de orientação, mas a passividade limita a memória ao cenário da conservação ou construtivismo perdendo concomitantemente a relação com a ação do seu sujeito (duração). Porém, com Assmann essa dimensão passiva da memória entra em conflito com a duração energética. Nesse caso, a atenção volta-se para a dinâmica existente entre memória e lembrança (ASSMANN, 1991; 2011). Ainda que a relação durável da memória esteja à consideração do corpo, será necessário que esse corpo sofra alteração de significação.

A segunda predicação inerente ao paradoxo da duração deve comprometer-se com a ambivalência memória e lembrança. Essa mudança predicativa afasta-se da determinação decisionista implícita nas idiosincrasias ligadas a historicidade da experiência e da dialética entre história e memória sob a valorização do recorte temporal pela datação dos contextos (decorridos) na historicização da experiência da historicidade. Isso significa que a partir deste ponto outras inquietações fazem parte da compreensão da memória sob seu princípio de (in)confiabilidade. Para essa finalidade, haverá a necessidade de transitar entre as noções de passado e futuro na metáfora do corpo, pois ele e inscrição ocupam discussão entre espaço e energia. A novidade da metáfora da memória está em pretender desvincular o conceito de conservação ao de memória coletiva. Essa leitura concentra na defesa de ser a memória dependente de um passado classificado como autoevidente (ASSMANN, 1991; 2011; 2013)

Para dar início a essa discussão, a memória cultural reflete a partir dos modelos de memória considerando a ambivalência de complementaridade. Nesse caso, intelectuais foram abordados por Assmann a fim de apresentar memória e lembrança sob dinâmica funcionalista. Então, esses diálogos traçados por Assmann estão entre uma compreensão escatológica e arqueológica da memória que incluíram intelectuais como Edmund Spenser e Sigmund Freud. Para o primeiro a relação está na poética e para o segundo no psíquico.

Na poética, a imagem da memória (*Gedächtnis-Bildern*) organiza um tipo de dualismo passivo e ativo. “A memória é a massa-disposição, a partir da qual a lembrança é



selecionada, atualizada, utilizada” (ASSMANN, 1991, p.17).⁴ Afirmação que representa a passividade da memória como acumulação infinita de dados que, em sentido complementar, a lembrança destina-se para ser ativa - ela extrai os dados latentes. Porém, essa relação complementar existente na memória correlaciona-se com sua condição metafórica (*Gedächtnis-Metaphern*). Condição que em Assmann reverbera uma espécie de sacralização da memória diante a função energética amorfa, processo que corresponde à metafísica dualista.

Em resumo, essa ideia de passividade da memória é descrita: “A memória passiva usa o nome Eumenestes. Essa forma incorpora a memória (*speicher*) o fornecimento infinito de dados acumulados”.⁵ Por outro lado, a noção ativa estabelece: “A lembrança ativa usa o nome Anamnestes. Ela incorpora a energia de detecção e extração, o que ajuda manifestar dados de sua presença latente” (ASSMANN, 1991, p. 17).⁶ Em outros termos Assmann atestou que essa perspectiva remete para a relação entre conservação e pulsão na qual passado e futuro estão sob prescrição de complementaridade.⁷ À memória cumpre a tarefa de preservação, armazenamento ou conservação sob a determinação tensiva da expansão (*étendue*) como significado ou sentido atribuído que acredito compor a dimensão de um tempo absoluto. A partir desse cenário da poética Assmann inaugurou a relação da memória com habitado e inabitado para vincular a metáfora da memória a espaços e o corpo a virtuosidade.

Sob a poética metafórica designada como templo, memória e lembrança são descritas como espaços construídos (*Räumliche Gedächtnis-Metaphern*) que, para dar um exemplo, Assmann recorreu a dois delineados por monumento e arquivo. Ao primeiro, a relação é com o futuro e ao segundo, com o passado. Uma espécie de política quanto ao dever de memória, preservação de virtudes e valores fabulosos (ASSMANN, 1991). O futuro como *devenir* antecipa-se sob dados que podem ser acessados considerando a posteridade inevitável da lembrança. Relação que apresenta o inabitado da massa-disposição com

⁴ Das Gedächtnis ist die Dispositions-masse, aus der die Erinnerung auswählt, aktualisiert, sich bedient. As traduções realizadas diretamente do alemão são de minha inteira responsabilidade.

⁵ Das passive Gedächtnis trägt den Namen Eumenestes. Diese Gestalt verkörpert den Speicher, den unendlichen Vorrat der angesammelten Daten.

⁶ Die Aktive Erinnerung trägt den Namen Anamnestes. Er verkörpert die Energie des Auffindens und Hervorholens, die den Daten aus ihrer latenten Präsenz zur Manifestation verhilft.

⁷ O critério da complementaridade de Spencer foi descrito por Assmann como a significação do inesgotável e imortal sob a poética da biblioteca. Eumenestes, um ancião mais velho que Nestor e Matusalém juntos, testemunha todos os acontecimentos desde os tempos imemoriais. Rodeado de documentos e fragilizado pelo tempo, não possui mais força para retirar os volumes das prateleiras, ainda que continue como guardião do arquivo. Anamnestes representa o jovem bibliotecário, pequeno e ágil, que fica ao seu lado para auxiliar. Ele encontra os volumes perdidos e extraviados (ASSMANN, 1991; 2011).



concentração de expansão no espaço habitado da experiência. Essa condição passiva da memória fornece sentido não imanente a estrutura física do monumento, mas a um processo virtual/virtuoso latente no templo (consagração) compreendido se dada atenção para o corpóreo e energia.

Sob o preceito da massa-disposição o futuro aparece sob antecipação de significado conflitando com o esquecimento, e essa observação também pode ser compreendida considerando a escatologia como forma metafórica da memória. Em síntese Assmann a apresentou sob um tipo transcendente em relação ao presente, isso porque existe na condição histórica dele a negação. A atenção está para a questão da promessa ou da esperança circular em questões de ordem religiosa. “A lembrança escatológica estabelece no presente histórico um presente metahistórico, permite a distância e tensão contra-presente do respectivo presente” (ASSMANN, 1991, p. 23).⁸ Essa aporia do presente histórico o flagela diante sua negação, expiação ou antecipação. Porém, essa condição da memória sob a antecipação de significado ou sentido, coloca a possibilidade na condição de superação do impossível ou presença do futuro que está na promessa, uma forma de memória baseada na escritura. A escrita preserva uma memória na qual passado e futuro conectam-se. Sob essa perspectiva, o presente está implicado naquilo que deve ultrapassar. E, compreendendo essa passagem - referida por Assmann como antecipação de significado e sentido -, existe, então, um princípio dialético no qual o presente deve negar-se na esperança de novos presentes.

Assmann não concebeu essas relações metafóricas da memória sem pensar na política da retórica. Nesse caso, entende-se memória sob o rigor da preservação, sendo suas formas e funções destinadas a inscrições. Uma energia materializada que perpassa a incorporação residindo uma política de funcionalidade e imanência. Passado e futuro residem no presente sob a tensão passivo e ativo o que inclui negação e exemplaridade. Um presente transitório diante o inevitável *devenir* no qual sua experiência remonta desde a antiguidade, como por exemplo, a libertação dos judeus do Egito. Assim, conservação e antecipação estabelecem tensão ao presente histórico por colocar nesse presente o contra-presente a partir da força de uma memória exemplar. Essa energia da memória concentra-se na promessa onde o futuro já foi escrito e animado nas sensibilidades.

⁸ Die eschatologische Erinnerung etabliert in der historischen Gegenwart eine metahistorische Gegenwart, die Distanz und kontrapräsentische Spannung zur jeweiligen Gegenwart ermöglicht.



Então, na metafísica dualista e na escatologia do contra-presente Assmann questionou a pretensão de apresentar a memória sob o princípio de dados de sentido. Na poética, a memória rejeita o esquecimento e ordena-se sob complementaridade que agrega acúmulo infinito e latência (atualização). Passado e futuro estão em conjunção na espacialidade e virtuosidade, pulsão e conservação – expansão (*étendu*) -; mas a disjunção preserva à memória sua condição amorfa de resistência aos espaços – expansão (*étendue*). Nesse caso Assmann apresentou um argumento arqueológico a fim de racionalizar o tempo psíquico.

Em recorrência a Freud a dimensão da memória conduz para um tipo de discussão ausente de espaços. Na leitura do psicanalista alemão feita por Assmann não se sustenta o paradoxo da simultaneidade, pois não há lógica entre receptividade infinita e conservação de sinais permanentes. Por isso justificam-se os questionamentos: “Como pode a simultaneidade do oposto apresentar função de preservação e exclusão? Como a ‘receptividade ilimitada’ é compatível com a ‘preservação de sinais permanentes’?” (ASSMANN, 1991, p. 21).⁹ Perguntas que sinalizaram para um método que pôs fim ao paradoxo considerando o bloco maravilhoso (*Wunderblocks*). Essa dimensão da memória recorre à metáfora da escrita como forma de apresentação de um fenômeno complexo de armazenamento fiável (impressões imortais) e sensibilidade ilimitada (camadas eternas) cujas bases questionam os princípios ligados a metafísica.

A superfície consiste em um papel de cera fino, escrito e sobrescrito; embaixo, há uma folha de celulóide que serve como “proteção contra excitações”; embaixo, o painel de cera, que registra traços permanentes (“inervações de fundação”) mantidos em condições favoráveis de iluminação, permanecem visíveis como ranhuras finas (ASSMANN, 1991, p. 21).¹⁰

Essa função da escritura não pode ser somente destinada à atividade cerebral. Há de compreender que, sob o conceito de metáfora da memória, o corpo inclina-se a fenômeno no qual esse corpo, na sua relação com o cérebro, subsume a alma. Nessa especificação Assmann justificou uma posição na memória que transcende ao grupo e a idiosincrasia, ponto expansivo que demonstra haver na sociologia e psicologia bases de ordem arqueológica e escatológica. Símbolos ou patologias (arquétipos) que recalcam sob o signo

⁹ Wie kann die Gleichzeitigkeit der entgegengesetzten Funktionen des Bewahrens und Löschsens vorgestellt werden? Wie verträgt sich “unbegrenzte Aufnahmefähigkeit” mit der “Erhaltung von Dauerspuren”?

¹⁰ Die Oberfläche besteht aus einem feinen Wachspapier, das beschrieben und überschrieben wird, darunter liegt ein Zelluloidblatt, das als »Reizschutz« dient, und wiederum darunter liegt die Wachstafel, die Dauerspuren (»Besetzungsinervationen«) festhält, die bei günstigen Lichtverhältnissen als feine Rillen sichtbar bleiben.

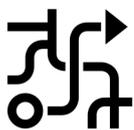


do involuntário e da não conservação por simetria. Diferentemente da metafísica que institui o paradoxo da simultaneidade, não se pode negar a memória sua condição natural do esquecimento não dialético na ambivalência da memória e lembrança. Compreensão resultante de processos intermitentes os quais suas condicionantes estão fixadas em camadas. Essa posição pode ser compreendida na leitura de Lacan quanto ao algoritmo (S/s) ou na metáfora do diamante como defesa do intermitente (LACAN, 1966; 2001).

Sustentar a ideia de complementaridade entre memória e lembrança deixa de fazer sentido. Esse complemento é rejeitado na medida em que se tem o conceito de expansão (*étendue*) como princípio. Essa leitura realizada de Freud por Assmann estimula a defesa da incoerência do armazenamento no funcionalismo da memória cultural, motivo pelo qual a ambivalência entre memória e lembrança não apresenta o esquecimento sob a base da oposição presença-ausência. Sendo assim, a metáfora da memória torna-se uma representação dos espaços ausentes de dados de sentido fazendo com que o caráter não metafísico da memória considere a autoevidência do passado um princípio energético - dinamização do lembrar e esquecer como forma metahistórica do presente independente de polarização. Uma razão prática do passado recolhida como autoevidência funcional espacializada na sensibilidade do presente.

Nesse ponto, podemos fazer duas conjecturas. Por um lado, a cronologia e o contexto como conservação a partir do conhecimento instituído pelo esforço cognitivo que representa as tensões de (des)continuidades da temporalidade sucessiva e historicizada, não condiciona memória e história sob encobrimento na historiografia. Nesse caso, o estado da memória está à insistência do lembrar e racionalizar. Por outro lado, a política da memória sob uma retórica do lembrar e esquecer, inerente a ambivalência, pode inviabilizar a desconsideração do (re)sentimento como dívida ou de inscrições não orientadas pela tradição.

São conjecturas que, sob o ponto de vista escatológico e arqueológico, à memória compreende-se um processo durável onde os conteúdos de sua forma e função independem do sujeito da experiência como projetista de uma memória artificial. Dimensão natural da memória que preserva o *status* de duração na qual sua metáfora está entre monumentos e arquivos. Em sentido mais restrito, o monumento pode representar a morte de um mundo, porém, sob o ponto de vista do vestígio, mostra a vida a partir da sensibilidade. Quanto a isso Assmann considerou ser essa forma de memória, não orientada pela tradição, um fato de passado adiante, um tipo de autoevidência. Essa dimensão da memória deve ser



compreendida sob as nuances de sensibilidade corpórea energética existente nas ruínas do passado.

A autoevidência do passado configura duas emergências: experiência de historicização e retorno subjetivo, sendo a primeira destinada à solidão histórica ou no tempo, desilusão e alienação. No caso da segunda, compreende-se a participação, intuição e imaginação. Desse modo Assmann rejeitou qualquer tipo de relação com a memória que negue a autonomia do passado (ASSMANN, 1991; 2011). Motivo pelo qual afirmou haver nesse tipo de memória uma estrutura vivificante, onde “O passado está morto, mas um gênio, um espírito criativo, pode revivê-lo” (ASSMANN, 1991, p. 27).¹¹ E, como ênfase para essa ideia vivificadora, o corpo transita sob transcendência que pode ser comparada a virtualidade como virtuosa. Assim sendo, o passado institui ao corpo sua morte (não mais), porém, esse corpo está para o presente sob sua transfiguração, um corpo-imagem (virtual) (SIMMEL, 2011). Assim, registrou Assmann: “O corpo do passado está morto, mas a alma invisível vive nas ruínas; pode tornar-se o ponto de partida para revitalizar o passado, garantindo um *salto no tempo*” (ASSMANN, 1991, p. 27).¹²

O arquétipo da memória torna-se animado diante as relações arqueológicas e semânticas corpóreas sob as virtuosidades. O lembrar e esquecer compõe ambivalência na qual as emergências do passado estão contrárias a expansão (*étendue*) e atemporalidade da memória. Sob a descrição de lembrança animada, seu avivamento faz parte de um subproduto do historicismo não podendo descartar da memória o seu lampejo ou sua fagulha diante o fogo. Um avivamento que estabelece conexão entre passado e presente. Nesse momento Assmann recorreu ao pensamento de Walter Benjamin por atestar a relação direta da memória com o “(...) despertar de nova vida histórica” (ASSMANN, 1991, p. 31).¹³ Significa um poder energético capaz de retornar o perdido e os mortos.

Bem, não se pode deixar de observar que Assmann atribuiu ao historicismo a metáfora do fogo da memória. Independente de complementaridade como expansão (*étendue*) entre memória e lembrança, o passado sobrevive a partir de suas próprias ruínas que, sob escatologia e arqueologia, instruem o tempo sob a perspectiva da sensibilidade do retorno subjetivo, o que implica no único e privativo do passado, seu percurso autoevidente. Essa reflexão coloca o conceito de memória coletiva na representação simbólica que perfaz

¹¹ Die Vergangenheit ist abgestorben, aber ein Genie, ein kreativer Geist vermag sie wiederzubeleben.

¹² Der Körper der Vergangenheit ist tot, die unsichtbare Seele aber lebt in den Ruinen fort; sie kann zum Ansatzpunkt der Wiederbelebung der Vergangenheit werden, sie ist der Garant für einen *Sprung durch die Zeit*.

¹³ (...) neuem geschichtlichen Leben erwecken kann.

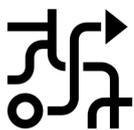


os quadros sociais de uma temporalização da memória sob seu processo energético que arrasta o tempo diante a dinâmica do futuro. E, como experiência de historicização, o presente reconhece a solidificação de um monumento capaz de abrigar um templo (sagrado). Não são as paredes ou seus espaços construídos que definem a lembrança, mas o sentido de solidão no tempo. Esse processo autoevidente do passado figura-se diante sua energia transfigurativa dos corpos que, ainda que mortos, são vivificados pelos seus vestígios. Em um termo mais direto, a capacidade comunicativa da memória imprime nos corpos processos intermitentes de virtualidade e sensibilidade a partir da dimensão cultural.

Porém, é preciso destacar que essa virtualidade e sensibilidade da qual se referiu Assmann não possui eco na nostalgia (sublime) e nem na imanência (metafísica) (ANKERSMIT, 2002; BERGSON, 2003). Essa sensibilidade requer esforço cognitivo de compreensão devido ao fato de existir a questão do sentido. A virtualidade do corpo como virtuosidade está para o passado, por isso a duração comprimi-se a significados imanentes aos espaços. Então, os posicionamentos explicitados a partir de Assmann são relacionais a metáfora, por isso a autoevidência do passado desdobra-se sob retórica e arqueologia. Declaradamente há pontos a serem compreendidos a partir dessas afirmações, e eles serão apresentados na dimensão hipotética que direciona esta reflexão.

O CORPO COMO TENSÃO ENTRE METÁFORA E SISTEMA

O metafórico da memória, como inscrição, chama a atenção para o relacional de sua duração. E, seguindo os argumentos feitos por Assmann o que se tem no campo extensivo da memória está na condição dela ser inscrita (involuntária). A partir de Aby Warburg a metáfora da memória insere-se nas imagens como descargas elétricas pontuais e fenômenos imediatos. Nesse caso, falar de memória suspende o controle voluntário da consciência e lembrança pelo ritmo de energia imanente. Por isso, “(...) quanto mais longo o caminho através do tempo histórico, mais intenso o interesse imaginativo pela abreviação, por tangenciamentos imediatos e contatos diretos” (ASSMANN, 2011, p.187). Por esse caminho, as inscrições constituem-se como acúmulo involuntário de energia. No caso do corpo, essa energia lida com a intermitência do lembrar e esquecer. Ou seja, como retorno a Freud essa intermitência não faz parte da coincidência como pacificação e nem como simultaneidade, mas recalque que - assim como os fantasmas -, voltam para assombrar. Quer dizer, uma



natureza na qual o esquecer não se pacifica, e “(...) ao ato de recalque segue inapelavelmente o retorno do que foi recalçado” (ASSMANN, 2011, p. 188). O esvaecer das lembranças não possui relação com o esquecimento como não mais, mas latência que se faz pelo recalque que independe da vontade individual de esquecer ou lembrar. Porém, no conceito de memória cultural Assmann relativizou a ideia de recalque porque, entre memória e lembrança o esquecimento está para a dimensão funcional, não patológica.

Nesse momento, a defesa agostiniana de esvaecimento da memória como ruminação pode ser um exemplo. Em outros termos, a metáfora do estômago da vaca em Agostinho insere na experiência um paradoxo no qual a lembrança não preenche a experiência do presente com vivacidade, mas sensorial. “A imagem do estômago sugerida por Agostinho é uma imagem para a memória em condição de latência entre ausência e presença” (ASSMANN, 2011, p. 179). A partir dessa observação, a memória cumpre relação com o presente sem coloração e nuance significativa à vida prática, ela está para um processo de passagem e não de conservação. Um processo digestivo no qual o alimento, ainda não digerido, volta para ser processado e sua energia dissipada. Esse posicionamento de Assmann em relação a Agostinho atesta não haver tensão entre esquecer e lembrar; faz pensar em um tipo de memória passiva na qual seu sujeito é inerte. Nesse caso, como nota de observação Bergson também utilizou a metáfora do estômago, porém a energia da digestão integra o movimento próprio da duração (BERGSON, 2011).

No retorno a Freud a recordação como lembrança insere-se na percepção, ou seja, a lembrança torna-se uma percepção que, reescrita se inova e constitui paradoxo para a substância. Essa observação realizada por Assmann faz pensar na discussão de Lacan onde acenou à impossibilidade de compreensão do inconsciente sob a marca do ponto zero de partida. Então, podemos atestar que o esquecimento compõe o não consciente acessado pela análise mais que pelo discurso (LACAN, 1966; 2001). E isso, permite imaginar porque Freud estabeleceu a metáfora da memória sob o ponto de vista da escrita. Com base em Lacan essa relação tem fundamento na linguagem epistemológica compondo uma arqueologia das camadas da consciência. Isso significa que a lembrança integra uma tese de Assmann quando dela “(...) não se pode desvincular o esquecimento; ela necessariamente participa dele e nele se dilui” (ASSMANN, 2011, p. 440). O inconsciente constitui essa chave da memória que se resguarda na massa-disposição, uma latência capaz de torna-se vivificada a partir de suas relações tensivas com a lembrança.

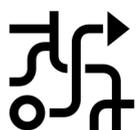
Entretanto, ressalto algo que neste texto possui importância: os espaços da lembrança são viabilidades materiais e, ainda que Assmann tenha mencionado um tempo



psíquico, não se pode excluir dessa metáfora da memória o *espaço* como temporalização indiciária a partir de determinação na qual a duração é acessada e tocada mesmo que, indeterminada pela vontade do sujeito da experiência ou do analista. Os contornos instituídos manifestam princípios energéticos associativos ao esforço intelectual exigindo da memória sua comunicabilidade. Então, entre Agostino e Freud percebe-se que memória existe e resiste como duração, mas ela se constitui entre transitoriedade e camadas, esvaecimento e escavação – considerando a leitura realizada por Assmann. Não há naturalização do espaço, mas metáfora diretamente ligada ao corpo fisiológico e aos símbolos. O objetivo dessas observações está para a compreensão do esquecimento não alienado ao recalque na memória cultural e a partir desse posicionamento de Assmann podemos sinalizar para o caminho da terceira predicação inerente ao paradoxo da duração.

A transcendência da memória está nos corpos virtuais e habitados sob intermitência do tempo. E esse tempo compreende-se não do passado anteriormente ao presente, mas do passado solidificando-se em suas próprias camadas complexas. Começa-se a compreender em Assmann que há deslocamento entre tempo e espaço, pois não são as paredes ou os objetos do decorrido que significam o tempo, mas sua ruína. Isso significa atestar que a funcionalidade da memória comunica sua integração diante passado e presente no qual o futuro transita.

O presente como sensibilidade a solidão e desilusão reintegra o habitado pelo retorno subjetivo. A experiência de historicização direciona a desilusão e solidão para a participação e imaginação como resistência ao esquecimento sem esvaecimento ou recalque. Duas condições emergenciais onde o corpo partilhado na metáfora da memória está entre sensibilidade e virtualidade. Isso significa que a autoevidência do passado é um fato no qual ecoa na virtualidade dos corpos que habitam as ruínas do passado. Então, sob uma espécie de messianismo, esses corpos são descongelados e vivificados a fim de possibilitar sepultamento em simultaneidade a passagem (continuidade). Essa transcendência dos corpos sensibiliza e inscreve elementos substanciais oscilantes entre biologia e virtualidade. Nesse momento, para além de Halbwachs a memória não se resume à identidade de grupo, exige-se dela uma imanência ligada a contexto (político). Fazendo parte do construtivismo Halbwachs não racionalizou a relação entre memória coletiva e memória da ciência histórica. Dessa forma Assmann acrescentou que Pierre Nora deu um passo no qual a memória não se limita a identidade de grupo, mas constituída como signos e símbolos da sociedade (ASSMANN, 2011).



Ainda que inerente a Halbwachs o conceito de memória coletiva não desconsidera o disfuncional da memória, sua dimensão histórica. Em termos, compreende-se no próprio Halbwachs essa tensão entre memória e histórico, isso porque os corpos estão integrados por uma sociologia morfológica da dinâmica social. A abstração da memória ultrapassa a vida social dos quadros que a limitam ao presente. A dinâmica da memória funcional ordena-se pelo senso de construção, composição e vinculação; estado que dispensa a relação de estrutura porque não há pretensão à abstração e neutralidade. Por isso, é possível afirmar que em Halbwachs o conceito de conservação impele a negação da dinâmica do presente. O corpo fisiológico carece dessa identidade de grupo a fim de partilhar a memória (coletiva) (HALBWACHS, 1968; ASSMANN, 2011).

Assmann rejeitou a relação entre história e memória sob o princípio da polarização ou equiparação. Apresentou o funcionalismo da memória cultural como constituição tipificada de lembrança. “Por isso é que gostaria de sugerir, a seguir, a fixação de história e memória como dois modos da recordação, que não precisam excluir-se nem recalcar-se mutuamente” (ASSMANN, 2011, p. 147). Então, sua investida está na perspectiva de estabelecer a relação entre dois tipos de lembranças: habitada e inabitada. Formas de memória as quais para a primeira está a relação com um portador ou memória funcional. Ligada a grupos e a identidades que visam orientação para o futuro, seu fundamento é a seleção não cumulativa. De outra forma, há uma lembrança de segunda ordem, a memória cumulativa, que não tem relação vital com o presente; a ela cabe o peso do inabitável, ausente de portador e circundada pelo esquecimento. “Sob o teto amplo das ciências históricas podem guardar-se vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, de modo a oferecer novas possibilidades de adesão à memória funcional” (ASSMANN, 2011, p. 147).

A ciência histórica possui a dimensão pragmática de estabelecer uma análise que possa ser capaz de atribuir sentido as lembranças como uma memória das memórias. Entre memória habita e inabitada, o critério de certificação não pode ser o armazenamento, uma vez que, o esquecimento está permanentemente integrado. Então, a inclusão dessa dimensão histórica como segunda ordem da lembrança, transita no processo caracterizado na condição antética da expansão:

Lembranças que entram no campo magnético de uma determinada estrutura de sentido distinguem-se dos dados de sentido e das experiências anteriormente disponíveis. A memória produz sentido, e o sentido estabiliza a memória. É sempre questão de construção, uma significação que se constrói posteriormente (ASSMANN, 2011, p.149).



A inclusão do problema da memória na dimensão da ciência histórica requer dela sua dualidade funcional. Esse dualismo pode ser compreendido sob pares antitéticos. Ou seja, na dinâmica social, sociedade e grupo estão em tensão e se opõem sem serem dialéticos. O corpo como metáfora da memória expande-se para além do corpo fisiológico em relação às duas emergências, ainda que eles estejam em via assimétrica. O esquecimento impõe-se porque a memória não subsume a força como impulsão cumulativa. E, o esquecimento não opera como uma não memória, mas localiza-se diante a natureza dela. Bem, mas esse raciocínio manifestado não representa a essencialidade do argumento de Assmann isso porque há de compreender que a ciência histórica compõe memória. E, assim como na história, as lembranças não fazem parte de dados de sentido e nem de experiência anteriormente disponível. Então, memória e sentido são correlacionais, pois há produção e estabilização. E esse processo ligado as lembranças é considerado por Assmann como construção de posteridade.

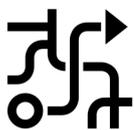
Então, memória e história são dois tipos de lembranças. Assim, diferentemente de um positivismo da lembrança não se pode comprometer o conteúdo da memória e da história na expansão. História e memória são complementares, porém, dinâmicas nos seus processos de diferenciação e automatização. Nesse ponto Assmann não desvia da concepção que ela possui da relação entre história e memória. Para ser específico, suas palavras registram-se:

Em resumo: “história” (no sentido de “historiografia crítica”) é o produto de um processo cultural de diferenciação. Desenvolveu-se por meio da emancipação da “memória” (no sentido de “tradição normativa”). Essa diferenciação na “economia doméstica do saber da sociedade” (Thomas Luckmann), no entanto, não leva necessariamente, como se temia, à dissolução (etimologicamente falando: à “cisão”) das memórias vivas de grupos específicos. Ao passo que o caráter excludente dos dois modos da memória revela lá e cá potenciais bastante problemáticos, por privar a historiografia de seu valor e atribuir à memória um caráter mítico, há no imbricamento de ambos um corretivo proveitoso. Pois uma memória cumulativa desvinculada da memória funcional decai à condição de fantasmagoria, e uma memória funcional desvinculada da memória cumulativa decai à condição de uma massa de informações sem significado. Da mesma forma que a memória cumulativa é capaz de verificar, sustentar ou corrigir a memória funcional, também a memória funcional é capaz de orientar e motivar a memória cumulativa. Cabe que ambas estejam juntas, ambas pertencem a uma cultura que se diferencia e autonomiza, uma cultura “que se posiciona em face da pluralidade de sua diferença interior e se abre para sua diferença exterior” (ASSMANN, 2011, p. 155, 156).



Um ponto que exige acuidade em teoria da história de maneira a repensar elementos importantes. A primeira questão que se impõe é o fato de haver a ideia de ser a hermenêutica um critério de intersubjetividade, e essa referência independe de discussões limítrofes entre objetividade e subjetividade no caso da memória que implica diretamente uma ideia de história. Ou seja, a partir dessa afirmação as defesas inerentes as novas epistemologias em relação a subjetividades e sensibilidades (idiosincrasias) não ocupam destaque nesta reflexão – mesmo tendo ciência dessas implicações em relação as lembranças nos espaços de vivência. Assmann possibilita, sob o conceito de metáfora da memória, ultrapassar as limitações dos corpos como determinação psicológica da memória em torno das idiosincrasias e da crítica historiográfica como sendo a correção dos falseamentos das lembranças. Além disso, aqui há reforço para a atestação de ser o conceito de distância histórica uma ilusão para a história quando o ponto de observação é a problematização da memória. Ou seja, enfrentar a questão da memória desobstrui um preconceito da historiografia (ontológica) ou do funcionalismo da memória quanto a dialética entre distância e próprio (subjetivo). Então, compreendemos em Assmann que o passado como dados de sentido ou decorrido induz ao conflito entre história e memória - o que faz repensar a defesa de Joël Candau de ser a história antipática porque faz lembrar o que a memória pretende esquecer (CANDAU, 2011). Esse posicionamento limita história e memória ao recalque que, na maioria das vezes - sob o ponto de vista da memória -, a história perde sentido para a vida prática. Essa postura é rejeitada por Assmann porque visa polarização (ASSMANN, 2011).

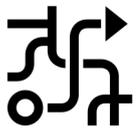
Então, sua ideia de ciência histórica faz com que história e memória sejam relacionais de maneira não expansiva ou cumulativa sob superposição. Parte que, inegavelmente, volta-se para a sua defesa de Halbwachs e crítica a Reinhart Koselleck. Basicamente, existe nos argumentos de Assmann a defesa do não armazenamento na memória devido sua dinâmica de portabilidade, identidade e partilha no presente; critica a ideia de ser a história um processo no qual entre experiência e expectativa haja descontinuidade ou da possibilidade da expectativa fundar a experiência (ASSMANN, 2013). Koselleck, nesse cenário, viabilizaria compreender a relação temporal onde o passado possa ser negado e o futuro passível de encontrar o presente, posição rejeitada por Assmann porque o passado resiste a partir do habitado e inabitado onde os corpos estão entre avivamento e cumulação. Sua tese concerne no processo complementar existente nas formas de lembrança, e essa defesa dimensiona o conceito de memória sob estruturação da cultura. Como componente energético, ela agrega e congrega a relação transcendente de



lembrar e esquecer. O que Assmann realiza é, sob a perspectiva analítica - na qual se localiza -, apresentar um passo em relação a Bergson. Essa lógica está sendo usada se compararmos a estrutura de seus argumentos em relação a Halbwachs e Nora. Analiticamente, o uso do termo expansão esteve atrelado a armazenamento e conservação. Um processo de acréscimo no qual a acumulação expande-se sob movimentos que se identificam como, para dar um exemplo, montanha de lixo não digerido ou processado pela sociedade que, ora descartado ora significado.

Ainda que atestado o passo dado por Nora não se nega a indispensabilidade da originalidade que a sociologia de Halbwachs apresentou para a compreensão da memória. Essa noção funcionalista da memória permitiu a Assmann ler o conceito de memória coletiva como recusa ao armazenamento que, diante o passo de Nora, atualizou esse conceito a partir da tese do energético da memória. Por esse caminho é que Assmann rejeitou a tese de Koselleck quanto ao tempo moderno. Sob a compreensão dessa tese, existe descontinuidade entre passado e futuro pelo fato desse historiador ter concentrado a compreensão da Modernidade a partir de datação. Aliás, para Assmann essa é uma tendência entre os historiadores, motivo pelo qual, a tese de Koselleck fez sucesso entre os profissionais da história (ASSMANN, 2013). Desta forma, não se pode retirar da história sua condição de recordação (lembrança). Condição que inviabiliza a distância entre expectativa e experiência. A atribuição energética da memória não pode ser confundida com os dados de sentido e experiências anteriormente disponíveis devido ao fato da memória não ser expansiva. Nesse momento, percebe-se em Assmann que a duração faz sentido. Os dados de sentido remetem para o significado pré-fabricado, o que nega a ruína do passado e, as experiências anteriormente disponíveis reafirmam a capacidade de historicização da experiência passada. Um equívoco analítico se considerada a eficácia da dialética temporal. Nesse caso, poderia atestar que considerando essa possibilidade, pode-se atestar verdade e mentira para eventos decorridos ou sendo isso possível, a existência de duplicação do acontecimento.

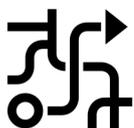
Aqui há de constatar algo importante, quando foi feita a conjectura de Assmann ter dado um passo em relação a Bergson essa afirmação possui como finalidade o paradoxo da duração. Nesse caso, a filosofia da história não perde seu valor ainda que Assmann tenha feito essa sugestão. Improvável abandonar o diálogo com a filosofia da história no campo da metahistória, em especial quando o assunto se trata de substancialidade. E, nesse caminho, o passo adiante resvala na relação direta entre metáfora e duração. Pode-se dizer de comum acordo ou proximidade que a defesa do caráter energético da memória subsume duração.



Essa duração não expansiva a contrapelo do recalque integra, sob diferenciação e automatização, história e memória. Poderia afirmar ser essa referência um princípio analítico complementar não dialético. Isso dimensiona história e memória para a relação com o sentido que, permanentemente, concentra-se no processo de racionalização. A defesa funcional da memória cultural atesta um princípio de imanência transcendente, ou seja, a memória como massa-disposição enraíza-se sob espacialidade e localidade sem que ambas estabeleçam seu valor, mas por ele são significadas. Essa energia compõe o *élan vital* que nutre, projeta e integra a vivacidade das lembranças.

A energia da memória concentra-se na temporalização da historicidade em suas relações de continuidade onde o tempo transcende a cronologia e a determinação de contextos orientados por dados de sentido e por experiências anteriormente disponíveis. Essa energização corresponde ao impulso integrador da consciência (histórica). A lembrança corporifica a metáfora da memória por compreender sua automatização ou seu processo autoevidente dos corpos como virtuosidades e sensibilidades. Nesse ponto, compreendemos porque para Assmann a tese da energia da memória depende da história fazer parte da lembrança. Seu processo de diferenciação instala estruturas correlatas que permitem que as memórias funcionais celebrem as identidades de grupos e as sensibilidades tornam-se empáticas com a imaginação e animação do passado. Essa relação não simétrica entre história e memória estabelece mecanismo de correspondência na qual a história não se torne estéril em mesmo tempo que a memória não se restrinja a tradição.

Tempo e espaço em Assmann não possui diferença, mas distinção de natureza. Isso significa que o passado não é dual, a distância não significa a relação do passado com sentido a partir de signos e símbolos. Por isso, a distinção de natureza compõe a metáfora da memória. O caráter retórico integra uma arqueologia e escatologia devido ao fato de ser a experiência instrumento da linguagem. Então, a ficcionalidade da história compreende sua dimensão de historicidade no momento em que a virtualidade encontra a sensibilidade. Passado e futuro encontram passagem no presente que apreende sentido. Neste ponto, acredito que a ideia de sentido em Assmann está para uma transfiguração da experiência do passado nos termos da ficção. A imagem do passado independe do decorrido porque está voltada para o funcionalismo como orientação do presente. Com isso, a tese de ser a memória um processo energético compreendido na cultura, impõe à história complementaridade da lembrança. Nesse processo, não se pode compreender o lugar da dialética na tese de Assmann e acredito que essa inviabilidade se dá pelo fato da experiência perder sua dimensão com o existente ao modo gadameriano. O sujeito da experiência do



passado se torna dependente da recordação (lembrança), ou seja, funcionalmente, a latência da massa-disposição anima-se sob a custódia da sensibilidade. Então, compreendemos a relação entre retorno subjetivo e experiência de historicização como metáfora (ficção) diante o funcionalismo integrador da cultura. A duração da memória depende da cultura e ela possui ausência de natureza porque a metáfora retira da experiência o existente, condicionando a história a uma atividade da literatura antropológica na qual a historicidade reconhece-se sob automatização e diferenciação.

Nesse ponto, a memória perde qualquer referência com o simples. Sob a metáfora o que se tem é complexidade não paradoxal. O temporal da lembrança condiciona-se sob uma arqueologia de significação ficcional. O templo constituinte em torno dessa lembrança complementa-se continuamente e sucessivamente no processo de automatização e diferenciação sob a exigência do existir na vida prática. O corpo responde ao chamado da racionalização e a racionalização sensibiliza-se. Porém, negar a dimensão da história com as condições de possibilidades pode gerar outro problema no campo da retórica arqueológica, justamente à parte em que a memória torna-se indiferente a diferenciação da história. A espontaneidade da memória resiste às elaborações racionais quando dada atenção para relação entre experiência e estética ou para imagem como metáfora da memória. Nesse caso, o corpo virtual comporta-se como sistema fechado a partir do momento que nem lá e nem cá significam, mas o sentido é possibilitado em decorrência do evento da memória no qual a imagem compõe estrutura. Em Bergson a transcendência não faz sentido devido ao fato da duração ser um absoluto simples. E que relação tem essa afirmação com a história?

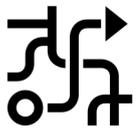
Se o dualismo da memória está na simultaneidade não paralela, o corpo como imagem recebe da duração sua força incorpórea e o corpo biológico devolve o que recebe; dinâmica entre ato e ação (BERGSON, 2003). Isso significa que no dualismo da memória o passado não energiza-se sem que esteja inscrito no corpo e não nele mesmo como significação de tempo absoluto. Para Bergson a memória dos eventos se confunde com a própria história de vida (BERGSON, 1991). Nesse caso, o existente não limita-se a uma arqueologia dependente dos espaços e nem do tempo psíquico como metáfora. Bergson insistiu na dimensão de tensão entre intuição e estética. Com Bergson pode-se compreender, para além das idiosincrasias ou sensibilidades do presente, realização da memória na qual as lembranças não significam um processo autoevidente do passado em relação ao presente, mas significação de outra natureza. A autoevidência expande-se sob a intensidade que descreve instante e coincidência podendo respeitar unicamente uma experiência estética. Nesse caso, não seria difícil haver dialética entre história e memória.



Esse raciocínio retoma a dimensão apresentada por Koselleck das relações dos pares antitéticos (KOSELLECK, 2000). Por isso, a vinculação do esquecimento como inibição do recálculo na memória cultural pode contribuir para incompreensão das disputas pela memória, de um lado (funcionalismo da memória coletiva a partir de suas políticas) e, de outro, o próprio sujeito incorpóreo da memória (duração não funcionalista). A partir de Bergson a descrição energética da memória estreita-se ao acúmulo, conservação e funcionalidade como conjunção de natureza sem considerar o tempo relativo. Ainda que não se aplique a dados de sentido, não se pode rejeitar que a validade energética dependa de conteúdos e significações existentes nas imagens e na escrita como subsunção do sentido a racionalidade. O funcionalismo da memória cultural transfigura a duração para que memória e lembrança não se afirmem sob pares antitéticos. Mas, nesse caso, acredito que há de raciocinar quanto a natureza do evento da memória. Seu circunstancial depende de observarmos em como há uma dialética entre imanência e transcendência na memória, o que inclui a história.

Historicizar a memória já prefigura em seu princípio a relação com dados de sentido. Uma atividade comum na historiografia que perfaz o caminho de tensão quanto a determinações inerentes a experiência e historicidade. Para além dessas determinações Assmann contribui para que a memória exista independente da experiência passada ou do pré-dado. Seu funcionalismo requer equilibrar a tensão do lembrar e esquecer sob o viés do sentido como construção. Porém, essa construção, quando se trata da memória, deve ser acompanhada pela posteridade. Então, finalizo esse diálogo entre história e literatura, por sugerir uma re colocação na qual se dedicou Koselleck quanto a natureza do evento que, no caso da memória, esse evento não prescinde de discussões ligadas a duração, estética, retórica e arqueologia.

Como conclusão, o esforço dedicado nesta reflexão assentou-se em três predicções inerentes ao paradoxo da duração quanto a dados de sentido e conjunção de natureza. Os dados de sentido se subdividiram como passado próprio e retrospectão. Nessa subdivisão, a discussão central esteve para a dialética entre subjetivo e objetivo, ficando o passado próprio impossibilitado de racionalizar a diferença entre idiosincrasia e distância e, o passado como retrospectão que racionaliza sob polarização. Nessa primeira predicação as metodologias definem-se pela passividade da memória, ou seja, como dados de sentido a duração está sob anacronismo. Por outro lado, considerando a autoevidência do passado há rejeição a determinação dos dados de sentido, isso porque sensibilidade e historicização



conjunta à experiência a continuidade na qual as lembranças estão entre diferenciação e automatização condicionando o sentido a ambivalência do lembrar e esquecer.

Então, podemos compreender os dados de sentido como espaços que significam a dialética história/memória em torno das representações. Por outro lado, na ambivalência a análise realça complementaridade. Essas condicionantes permitem interpretar o paradoxo da duração e aguça a compreensão de processos (des)contínuos inerentes as teorias da memória - ainda que Assmann manifeste resistência a sua teorização. Com isso, a memória encontra-se em uma encruzilhada historiográfica que inclui o esquecimento como princípio dialético e analítico reforçando a tensão entre experiência e historicidade.

Por fim, a partir da primeira e segunda predicação inerente ao paradoxo da duração foi feita a sugestão de raciocinar uma terceira. Nesse ponto, a sugestão é para o retorno ao problema da sistemática da história na qual a ficção vincula-se a natureza do evento (da memória) por preservar a condição do existente na experiência como universal antropológico. Como inauguração dessa via, a intenção quanto a metáfora desloca-se dos modelos de memória para a conexão direta com a metáfora da imagem (imanente). Essa perspectiva reinsere os limites da discussão quanto a imanência e memória através da duração como sujeito. Motivo que implica recusa de ser a metafísica (imanente) um dualismo paradoxal. Sob o princípio de evento e estrutura, esse par antitético refere-se à racionalização de natureza não conjunta da memória preservando-lhe um *status* de não posterioridade da lembrança.

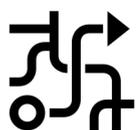
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANKERSMIT, Frank. *Historia y Tropologia. Ascenso y Caída de la Metáfora*. México: FCE, 2004.

ANKERSMIT, Frank. Trauma and suffering: a forgotten source of western historical consciousness. In: RÜSEN, Jörn. (ed.). *Western Historical Thinking. An Intercultural Debate*. New York: Bergahn Books, 2002.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória Cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

ASSMANN, Aleida. Wann beginnt die moderne? Modernisierungsschübe in der westlichen geschichte. In: *Ist die Zeit aus den Fugen?. Aufstieg und Fall des Zeitregimes der Moderne*. München: Carl Hanser Verlag München, 2013.



ASSMANN, Aleida. Zur metaphorik der erinnerung. In: ASSMANN, Aleida und HARTH, Dietrich. (hrsg.). *Mnemosyne. Formen und Funktionen der kulturellen Erinnerung*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 1991.

BERGSON, Henri. Das gedächtnis des körpers. In: HARTH, Dietrich. *Die Erfindung des Gedächtnisses. Texte, zusammengestellte und eingeleitet*. Frankfurt: Keip Verlag, 1991.

BERGSON, Henri. *La Conscience et la Vie. Le choc Bergson: la première édition critique de Bergson sous la direction de Frédéric Worms*. 1ª ed.; France: PUF, 2011

BERGSON, Henri. L'obligation morale. In: *Les deux Sources de la Morale et de la Religion*. 217ª ed.; France: Quadrige: PUF, 1982.

BERGSON, Henri. *Matière et Mémoire. Essai sur la Relation du Corps à Spirit*. Chicoutimi, Québec: Éd. Électronique, 2003. Disponível: http://classiques.uqac.ca/classiques/bergson_henri/matiere_et_memoire/matiere_et_memoire.pdf. Acesso: 15 abr. 2020.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. 1ª ed.; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GODOI, Rodrigo Tavares. Memória e testemunho: entre narração e interpretação. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 410 - 434, 2018.

GODOI, Rodrigo Tavares. Teoria da Memória: diálogo transdisciplinar e metahistória. In: BENTO, Luiz Carlos; GODOI, Rodrigo Tavares; PASSOS, Aruanã Antonio dos. (orgs.). *Historiografia Crítica: ensaios, analítica e hermenêutica da história*. Vitória: Ed. Milfontes, 2020.

GODOI, Rodrigo Tavares; QUADROS, Eduardo Gusmão de. Entre a evidência e o indício: pistas para uma hermenêutica da memória. In: MORAIS, Julierme. (org.) *A História sob Olhar Crítico: reflexões sobre teoria, religiosidade e crise*. São Leopoldo: Oikos, 2018.

HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire Collective*. 2ª ed.; Paris: PUF, 1968.

HALBWACHS, Maurice. *La Psychologie Collective du Raisonnement*. Chicoutimi, Québec: Éd. Électronique, 2002. Disponível: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Hal](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_2/texte_2_2/psycho_coll_raison.pdf)

[bwachs_maurice/classes_morphologie/partie_2/texte_2_2/psycho_coll_raison.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_2/texte_2_2/psycho_coll_raison.pdf). Acesso: 15 abr. 2020.

FRANÇOIS, Arnaud. Notes. In: BERGSON, Henri. *La Conscience et la Vie. Le choc Bergson: la première édition critique de Bergson sous la direction de Frédéric Worms*. 1ª ed.; France: PUF, 2011.

GADAMER, Hans - Georg. Historik und sprache. Eine antwort von Hans-Georg Gadamer. In: KOSELLECK, R. *Zeitschichten. Studien zur Historik*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2000.

KOSELLECK, R. Historik und hermeneutik. In: *Zeitschichten. Studien zur Historik*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 2000.



LACAN, Jacques. *Autres Écrits*. France: Le Seuil, 2001.

LACAN, Jacques. *Écrits*. France: Le Seuil, 1966.

RICOEUR, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Le Seuil, 2000.

RÜSEN, Jörn. Metodologia – as regras da pesquisa histórica. In: *Reconstrução do Passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. 1ª reimpressão; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010.

SIMMEL, Georg. A forma da história. In: *Ensaio sobre Teoria da História*. 1ª ed.; Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

WHITE, Hayden. A interpretação na história. In: *Trópicos do Discurso. Ensaio Sobre a Crítica da Cultura*. 2ª ed.; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Recebido em: 30/03/2020

Aprovado em: 23/06/2020